

## **AS MULHERES E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EQUITATIVO.**

Graciela Rodriguez <sup>1</sup>

A década de 90 foi caracterizada pela chamada globalização da economia como processo de integração do mercado mundial apoiado num enorme progresso tecnológico, especialmente na informática, na biotecnologia e nas telecomunicações, que vem provocando fortes mudanças nos sistemas produtivos em nível global.

Os últimos anos têm sido marcados pela expansão sem fronteiras do capital financeiro e dos investimentos transnacionais num modelo de liberalização econômica imposto pelo chamado "Consenso de Washington", que determinou o ajuste estrutural como eixo a ser adotado pela maioria dos países.

Essas políticas macroeconômicas têm provocado profundas mudanças nos países, especialmente naqueles da chamada "periferia do sistema". Assim seus impactos são vastamente sentidos no Brasil e sua implementação na última década tem provocado graves conseqüências para a população, entre elas o aprofundamento da pobreza e das desigualdades.

Vemos, entretanto, que o modelo neo-liberalizante está dando sinais de deterioro e cansaço. Inclusive entre as próprias entidades que ditaram as regras durante estes anos, como o BM e o FMI, começam a transparecer as divergências e controvérsias internas sobre os efeitos de tais recomendações.

De outro lado, as significativas mudanças políticas no país neste último ano nos abrem ao desafio de novos debates e caminhos possíveis e necessários para o crescimento

1 - A autora é Coordenadora do Instituto EQUIT - Gênero, Comércio e Cidadania Global, do Capítulo Latino-americano da Rede Internacional de Gênero e Comércio e membro da REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

econômico, em soma para disputar o campo das possibilidades do desenvolvimento nacional.

Podemos afirmar ainda que nos últimos anos vem mudando o conceito e a percepção sobre o desenvolvimento, com a incorporação de noções como sustentabilidade e equidade, determinando com isto mudanças na abordagem do combate à pobreza e à exclusão social crescentes.

Se bem estes conceitos têm ampliado a percepção sobre os rumos do desenvolvimento possível, o enfrentamento de concepções muito diversas sobre o próprio conceito a ser adotado cobra enorme atualidade diante da premência política dos rumos do desenvolvimento nacional.

Porém, se já ninguém questiona a importância da incorporação das análises de gênero e da perspectiva das mulheres para o sucesso das políticas de desenvolvimento sócio – econômico, entretanto isto não sai de considerações e postulados muito genéricos, dentro de uma visão ultrapassada do "desenvolvimento".

Neste sentido, o conceito torna-se cada dia mais controverso, na medida que o modelo a perseguir seria, aparentemente, o dos padrões insustentáveis de consumo dos países chamados "desenvolvidos".

Assim, diversos movimentos sociais, entre eles os movimentos de mulheres em diversas regiões do mundo, questionam esta visão de desenvolvimento que se expressa como único caminho possível ou "modelo" a seguir, e que reproduz, aparentemente como a melhor opção, o rumo das economias centrais.

### **Modelos para o desenvolvimento: do que falamos?**

Fazendo uma breve relação entre os acontecimentos das últimas décadas, percebemos que a liberalização comercial na América Latina e especificamente no Brasil privilegia e intensifica, desde finais da década de 80, a matriz exportadora. Tal matriz, pretensamente promotora do crescimento econômico que traria o almejado desenvolvimento, está baseada na produção cada vez mais

intensa de bens da agropecuária e da exploração dos recursos naturais, especialmente minérios.

Ou seja, um modelo que se sustenta na exportação dos recursos naturais com escassa tecnologia, e baseado no uso de uma mão-de-obra abundante, com escassa qualificação e barata.

Ao mesmo tempo, a implementação de medidas de abertura ao investimento estrangeiro via a liberalização do mercado de capitais, junto à redução do papel do Estado, deram a tônica na década de 90. Ambos os processos se complementaram na conhecida fórmula de privatização dos serviços públicos, que colocaram um vasto patrimônio construído ao longo de décadas pelos Estados nacionais nas mãos de empresas privadas com a justificativa, na maioria dos casos, da melhoria da eficiência na prestação dos serviços.

Estes lineamentos de políticas assumidas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas, bem como nos outros países da América Latina, mudando o modelo chamado de substituição de importações, tem levado estas economias a um estado de desregulamentação e deterioro.

O caminho da abertura das economias e de incorporação das recomendações surgidas do Consenso de Washington, expressadas fundamentalmente pelas agências financeiras multilaterais como o FMI e o BM e assumidas pelos governos, muitos deles alunos aplicados e disciplinados destas indicações, levou as economias nacionais ao aprofundamento da dependência externa.

O resultado tem sido o debilitamento dos mercados internos, a escassa geração de empregos junto ao surgimento de empregos precários, a perda do patrimônio nacional, processos todos facilitados pela falta de estímulo às indústrias locais, com exceção da agricultura e das agroindústrias para exportação, às custas inclusive da agricultura destinada ao consumo interno.

A abertura dos mercados financeiros e o impulso a este modelo agro-exportador ou voltado a extração de minérios e madeira ou até, em algumas regiões, de pequenas indústrias

de montagem têxtil e eletrônicas tem trazido fortes impactos na precarização do trabalho, especialmente o feminino, e também de deterioro ambiental.

Podemos assim dizer que de fato as políticas macroeconômicas servem a uma divisão do trabalho internacional que continua a sustentar os altos padrões de consumo nos países centrais e a relegar as economias periféricas a perseguir um modelo consumista, este então insustentável e precisando de reformulações.

Neste sentido consideramos imperativo debater este modelo econômico em curso e as medidas necessárias para mudar seu rumo, pois até o presente tem amplificado os problemas da miséria no campo e nas cidades, com a concentração da terra e o aumento das desigualdades.

A disputa pelo caminho a ser seguido pelas políticas econômicas deve estar no centro das preocupações das mulheres sendo que esta definição resultará determinante no combate à pobreza e à perspectiva de um desenvolvimento sustentável, com justiça social e equidade.

Por estes e outros motivos se faz necessário considerar novas perspectivas neste debate do cenário atual, que contemplem a participação das mulheres visando sua incidência nestas definições estratégicas.

### **As políticas macroeconômicas e seus impactos nas mulheres.**

Nos diversos setores do âmbito econômico podemos reconhecer os impactos que as determinações de políticas fiscais, de crédito, e mais recentemente as comerciais, têm trazido para as mulheres e as desigualdades que elas vivem no cotidiano.

Assim vemos, por exemplo, no setor agrário, que o processo de incorporação do Brasil na ordem mundial como produtor especializado de produtos agrícolas tais como laranja, soja, carne e frutas tropicais, está mudando o perfil da propriedade fundiária e da produção familiar de

subsistência ligada aos mercados locais, ambas muito relacionadas ao papel das mulheres produtoras rurais. A influência destes processos na concentração das terras e na situação de (in)segurança alimentar da população é algo que nos diz respeito e que o movimento de mulheres deve assumir como problemática atual e de importância.

As conseqüências das privatizações em alguns setores mais diretamente ligados às atividades do cotidiano, como fornecimento de serviços de água potável e saneamento, energia elétrica e outros que facilitam as tarefas domésticas e determinam a qualidade de vida das populações precisam ser analisadas do ponto de vista das mulheres.

Diante das políticas de crédito para pequenos empreendimentos informais que têm proliferado como conseqüência dos altos índices de desemprego provocados pelas medidas de "flexibilização" e "precarização" do emprego formal e a recessão econômica, as mulheres vem sendo proteladas quando não se consideram suas formas específicas de incorporação ao mercado produtivo. Por isso é preciso participar da definição dessas regras de outorgamento dos créditos.

Também os termos de negociação dos acordos de "livre" comércio internacional e os processos de integração em diversos e desiguais blocos regionais, merecem ser conhecidos e aprofundados. Eles determinarão as condições de inserção no mercado internacional, por exemplo, dos produtos das quebradeiras de coco babaçu ou das produtoras de calcinhas e soutiens que competem com produtos chineses, muitas vezes fabricados em condições de trabalho sem direitos laborais mínimos (de "dumping" social) ou produzidos nas *maquiladoras* na América Central em condições de sobre-exploração da mão de obra feminina.

Assim, partindo das necessidades atuais e estratégicas das mulheres resulta premente influir nos processos nacionais e internacionais de negociação das regras do comércio e do investimento transnacional, na OMC (Organização Mundial do Comercio), nos acordos regionais como ALCA, União Européia/Mercosul e outros, como também em relação às

Nações Unidas nos diversos processos de seguimento das Conferências mundiais, para alcançar o acesso igualitário ao desenvolvimento.

### **Necessidade a encarar: Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero.**

Percebemos a necessidade de ocupar o espaço de confrontação e resistência das mulheres ao modelo econômico de aprofundamento das desigualdades, entre elas especialmente as de gênero, que leva as mulheres a receber menos da metade da renda dos homens em termos mundiais e aproximadamente 60% dessa renda no caso do Brasil.

Sabemos que estas cifras da desigualdade empurram as mulheres à situações de submissão, exploração e também de marginalização dos espaços com poder decisório.

Algumas experiências no sentido de projetos de geração de emprego e renda têm sido impulsionadas e relatadas como maneira de reforçar a autonomia das mulheres e ampliar seu "empoderamento" no sentido de participar nas decisões pessoais, domésticas e no espaço público.

Consideramos que as políticas públicas "focalizadas" vêm reforçando uma visão fragmentada e incapaz de colocar as mulheres num patamar de igualdade de oportunidades em termos de desenvolvimento sustentável e cidadania plena. As mulheres têm sido consideradas apenas em seu papel de gestoras dos programas de combate à pobreza por sua maior capacidade no manejo virtuoso dos escassos recursos.

Esta visão eficientista não incorpora as mulheres numa perspectiva de alcançar sua autonomia nem da superação de suas necessidades práticas. Ao contrário, aproveita seu papel doméstico para a otimização dos recursos públicos, que contam com um trabalho não remunerado (e ainda "abnegado") das mulheres.

As políticas tendentes à igualdade de gênero precisam de uma efetiva incorporação como políticas de estado numa perspectiva universalizante.

Finalmente, sabemos que são inúmeras as situações em que o modelo econômico implementado no Brasil coloca as mulheres diante de situações muitas vezes dramáticas, mas também diante de novos desafios que podemos encarar no caminho da contribuição democrática equitativa.

Algumas iniciativas já vem sendo assumidas na compreensão da importância deste debate para o movimento de mulheres pelas conseqüências diretas no seu "*empoderamento*", entendido como um processo de autonomia crescente nos espaços públicos e também nos privados.

Desde o movimento de mulheres, a inclusão nos processos sociais, econômicos e políticos precisa considerar as profundas mudanças macroeconômicas em curso e a apropriação de conhecimentos sobre como incidir nelas.

O movimento autônomo e os grupos e entidades de mulheres se defrontam com a necessidade de ampliar o acúmulo de reflexão e experiências necessárias para incidir no âmbito das políticas macroeconômicas ao qual até agora pouco tem se aproximado.

O movimento organizado de mulheres com longa experiência na discussão e nas propostas de políticas públicas para a igualdade de gênero, especialmente nas áreas de saúde, educação e trabalho, precisa encarar a problemática do fortalecimento das mulheres para atuação na perspectiva do desenvolvimento e da sustentabilidade.

## **Bibliografía:**

Amarante, V., Espino, A. (2003). *“Políticas comerciales, comercio internacional y género. Aspectos teóricos y principales debates”*. Fundación Böll, Oficina Regional Centro América- México-Cuba.

Castilho, M; Guedes, M. (2002). *“Comércio e Gênero: o caso brasileiro”* Serie de Investigaciones N° 141. CIEDUR, Uruguay.

CEPAL (2001). *“Balance Preliminar de las economías de América Latina y el Caribe, 2000”*, CEPAL

Espino, A. (2001). *“Análisis de género de las políticas comerciales”* publicado en *“El Género en la Economía”*, Ed. Todaro, R. y Rodríguez, R. CEM-ISIS Internacional, Chile.

Rodriguez, G. (2004) *“Estratégias das Mulheres para a OMC”*. Inst. Equit / IGTN – International Gender and Trade Network. Brasil.